

Boletim Informativo

CAO PESSOA IDOSA

Edição nº 02
Março/2024



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

cao.pessoaidosa@mpmt.mp.br



APRESENTAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional do Idoso é um órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público e tem como missão propiciar apoio técnico aos Procuradores e Promotores de Justiça, bem como aos servidores da Instituição, por meio de análises técnicas, suporte a diligências e elaboração de peças técnicas.

O CAO realiza ainda, pesquisas, estudos, divulga informações e auxilia nas estratégias de atuação.

INDICE

NOVIDADES LEGISLATIVAS	04
ATUAÇÃO DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS DOS ESTADOS	06
TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DOS ESTADOS	10
NOTICIAS DIVERSAS	12

Equipe

Dr. Cláudio César Mateo Cavalcante

Promotor de Justiça Coordenador do CAO Pessoa Idosa

Dr. João Marcos de Paula Alves

Promotor de Justiça Coordenador-adjunto do CAO
Pessoa Idosa

Michele de Brito Martins

Auxiliar Ministerial

Leonardo Ricardo Gardesani de Souza

Residente Jurídico

NOVIDADES LEGISLATIVAS

Proposta isenta pessoas mais idosas do pagamento de IR e Previdência



O Projeto de Lei 5965/23 isenta de Imposto de Renda (IR) e contribuição para a Previdência Social os rendimentos recebidos por mulheres a partir de 70 anos e homens a partir de 80 anos. O texto está em análise na Câmara dos Deputados. **(Leia na íntegra)**

Projeto cria programa no SUS para monitorar saúde e prevenir doenças em idosos - O Projeto de Lei 6178/23 cria no Sistema Único de Saúde (SUS) o programa Exames da Melhor Idade, com o objetivo de prevenir e diagnosticar doenças e problemas de saúde em pessoas idosas. O texto está sendo analisado pela Câmara dos Deputados. **(Leia na íntegra)**

Projeto concede benefício tributário a empresa que promover ajuda assistida a idoso - O Projeto de Lei 6217/23, que tramita na Câmara dos Deputados, concede redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica por até cinco anos para empresas que contribuírem com as despesas de idoso que resida em asilos ou casas de repouso. **(Leia na íntegra)**

Projeto permite que idoso ocupe vaga de trabalho não preenchida por pessoas com deficiência



O Projeto de Lei 70/24, em análise na Câmara dos Deputados, permite que as vagas de trabalho reservadas para pessoas com deficiência (PCD) não preenchidas nas empresas sejam ocupadas, temporariamente, por idosos. **(Leia na íntegra)**

CEsp aprova política de promoção da atividade física para idosos - A Comissão de Esporte (CEsp) aprovou no dia 28/02/24, o projeto de Lei (PL) 4.974/2023, que cria a Política Nacional de Promoção da Atividade Física para a Pessoa Idosa. O texto, do senador Eduardo Gomes (PL-TO), recebeu relatório favorável do senador Romário (PL-RJ) e segue para as Comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS). **(Leia na íntegra)**

ATUAÇÃO DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS DOS ESTADOS

Ministério Público de Mato Grosso

Banco deve oferecer atendimento preferencial à pessoa idosa em Sorriso



A Justiça julgou procedente Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso e determinou que o Banco Bradesco disponibilize caixa eletrônico preferencial e adequado à pessoa idosa em Sorriso (a 420km de Cuiabá), no prazo de 30 dias. A sentença estabelece que o caixa apresente, a título de adequação, letras e números maiores, tempo maior para digitação de dados e realização de operações, sob pena de multa diária. **(Leia na íntegra)**

Ministério Público do Ceará

MPCE orienta Governo do Estado a manter Delegacia de Proteção ao Idoso e da Pessoa com Deficiência no bairro Aeroporto, em Fortaleza -

O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Idoso e da Pessoa com Deficiência de Fortaleza, recomendou, que o Governo do Estado suspenda processo de mudança da sede da Delegacia de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência (DPIPD) até que o assunto seja discutido com o público que é atendido pela unidade **([Leia na íntegra](#))**.

Após ação do MPCE, idoso de Jaguaruana recebe aparelho vocal do Governo do Estado -

No dia 27/02/2024, o Ministério Público do Estado do Ceará, por meio de Ação Civil Pública movida pela Promotoria de Justiça de Jaguaruana, garantiu a paciente idoso o fornecimento de aparelho gerador vocal (“laringe eletrônica”). O Ministério Público ingressou a com ação em 2020, junto à Justiça estadual, após receber o relato da família do paciente, que teve as cordas vocais retiradas devido a um câncer de laringe. **([Leia na íntegra](#))**

Ministério Público de Goiás

Projeto Mais perto do MPMGO articula campanha para destinar parte do imposto de renda a Fundos da Pessoa Idosa e da Criança e do Adolescente - Dentro das ações desenvolvidas no Projeto +Perto - Fortalecendo Conselhos e Direitos das Pessoas Idosas, coordenado pela Área de Políticas Públicas e Direitos Humanos do Ministério Público de Goiás (MPGO), foi promovida uma reunião, com o secretário Wellington Matos de Lima, titular da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (Seds). **([Leia na íntegra](#))**

Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Promotoria do Idoso reúne-se com a Sesau para tratar sobre o direito a acompanhante nas internações



Com o intuito de estabelecer diretrizes na aplicação do art. 16 do Estatuto do Idoso, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul reuniu-se com a representantes da Secretaria Municipal de Saúde (Sesau), na Unidade Rua da Paz. **(Leia na íntegra)**

Ministério Público do Pará

Após ação do MPPA, Justiça determina fornecimento de medicamento essencial para pessoa idosa com doença pulmonar - No dia 05 de fevereiro, a Justiça atendeu ao pedido de tutela antecipada em uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), através do 3º Promotor de Justiça Cível de Ananindeua, Evandro Ribeiro. A medida visa assegurar o fornecimento do medicamento NINTEDANIBE 150mg a uma pessoa idosa do município que necessita de tratamento contínuo para uma doença pulmonar. **(Leia na íntegra)**

Ministério Público do Rio de Janeiro

MPRJ interdita abrigo de idosos em Itaguaí -O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Itaguaí, em operação conjunta com a Vigilância Sanitária (VISA) e a Secretaria de Assistência Social de Itaguaí (SMAS), interditou a Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) Melhor Idade, em razão do descumprimento dos autos de infração anteriores e das condições completamente inadequadas de funcionamento. ([Leia na íntegra](#))

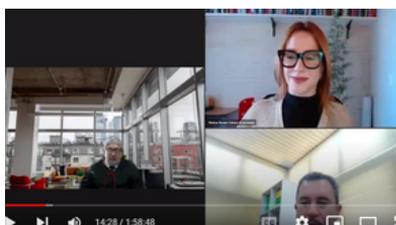
Ministério Público de São Paulo

CAO Cível discute desafios na fiscalização de Instituições de Longa Permanência para Idosos - O Centro de Apoio Operacional Cível – Área da Pessoa Idosa promoveu o Bate-Papo com o Centro de Apoio tratando de questões ligadas a fiscalizações em Instituições de Longa Permanência de Pessoas Idosas (ILPIs). O evento, destinado ao debate da temática e formação continuada de integrantes do Ministério Público, contou com a presença do promotor de Justiça do Ceará Alexandre de Oliveira Alcântara, doutor em Ciências Jurídicas e Sociais, especialista em gerontologia e Conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. ([Leia na íntegra](#))



TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DOS ESTADOS

Tribunal de Justiça de Mato Grosso



Direito da pessoa idosa caminha por todas as áreas do Direito, afirma especialista

Os 20 anos do Estatuto da Pessoa Idosa foram tema de uma densa palestra promovida no dia 27/02/2024 pela Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso (Esmagis-MT), com a advogada e mestre em Direito Patrícia Novais Calmon. Autora dos livros “Direito da Família Internacional” e “Direito das Famílias e da Pessoa Idosa”, ela participou do webinar que contou com a presença do vice-diretor-geral da Esmagis-MT, desembargador Márcio Vidal.

(Leia na íntegra)

Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul

O **Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul – TJMS** manteve decisão da 2ª Vara Cível da Comarca de Bonito, que estabeleceu o pagamento de alimentos compensatórios a uma idosa de 63 anos por seu ex-marido, após o divórcio entre os dois. A decisão levou em conta o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

(Leia na íntegra)

Idoso com deficiência tem direito a desconto na compra de passagem para acompanhante



Decisão judicial da 3ª Vara Cível da comarca de Lages destaca violação de direitos e condena uma companhia aérea e um site de viagem a pagar indenização por danos materiais e morais.

(Leia na íntegra)



NOTÍCIAS DIVERSAS

Demissão por justa causa de cuidadora que tratava mal idosos é mantida - Uma sentença proferida pela juíza Tatiana Pastorelli Dutra, da 3ª Vara do Trabalho de Mauá (SP), confirmou a demissão por justa causa de uma cuidadora que maltratava pacientes de uma residência terapêutica daquele município.

(Leia na íntegra)

Juíza anula dívida cobrada de idosa que foi vítima de fraude - Por constatar que as mensagens recebidas pela autora da ação demonstravam a ocorrência de uma fraude, a juíza Patrícia Alcalde Varisco, da Vara Única do Foro de Nazaré Paulista (SP), concedeu liminar em que declarou a inexistência de débito em nome de uma idosa que foi vítima de golpe envolvendo um empréstimo.

(Leia na íntegra)

Em reunião ordinária, CNDPI debate importância de ratificar a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos - O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDPI) iniciou a 118ª Reunião Ordinária destacando os destaques da agenda, a importância de ratificar a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos. **(Leia na íntegra)**



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO